



## A Responsabilidade Social Corporativa e o Gerenciamento de Resultados nos Bancos Brasileiros

**Flávio Rodrigo Leal Tunico**

Mestrando em Ciências Contábeis pela UFPE

**Francis Cleiton Balbino**

Mestrando em Ciências Contábeis pela UFPE

**Rodrigo Vicente dos Prazeres**

Doutorando em Ciências Contábeis pela UFPE

**Umbelina Cravo Teixeira Lagioia**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE

### Resumo

O presente estudo analisou a relação bidirecional existente entre a divulgação de informações sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o Gerenciamento de Resultados (GR) para os maiores bancos brasileiros. A partir de uma amostra das 12 maiores instituições financeiras na data-base de dezembro de 2014, foram analisados os Relatórios de Administração, de Sustentabilidade e as notas explicativas para o período de 2010 a 2014. A análise foi realizada a partir da utilização do método dos mínimos quadrados ordinários de dois estágios com a finalidade investigar a relação existente entre o nível de *disclosure* de RSC e o gerenciamento de resultados nos bancos brasileiros. Como resultados, foi observado que os bancos que apresentam maiores índices de *disclosure* de RSC tendem a apresentar maior nível de GR e que a mudança na empresa de auditoria externa tende a coibir a prática do GR. Por outro lado, as instituições que apresentam maiores indícios de GR também apresentam maiores índices de divulgação de RSC, e que as variáveis tamanho, EBIT e empréstimos imobiliários estão positivamente relacionados com o índice de *disclosure* de RSC.

**Palavras-chave:** Gerenciamento de Resultados. Responsabilidade Social Corporativa. Teoria dos *Stakeholders*.



## 1 Introdução

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) engloba expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem das organizações (Carroll, 1979). Através da divulgação de ações relacionadas à RSC, as empresas buscam obter apoio e a construção de uma imagem junto às diversas partes interessadas, de forma a permitir a continuidade dos negócios (Gray, Kouhy & Lavers, 1995).

No entanto, nem sempre as ações divulgadas pelas empresas condizem com a realidade praticada (Mota, Mazza & Oliveira, 2013; Michelon, Pilonato & Ricceri, 2015). As empresas, por exemplo, podem mudar a percepção do público ou manipular essa percepção sem, contudo, modificar o seu comportamento organizacional. (Gray, Kouhy & Lavers, 1995).

A partir dos diversos conceitos de RSC existentes, Dahlsrud (2008) enumerou cinco dimensões alcançadas pela RSC: a ambiental, a social, a econômica, a dos *stakeholders* e a voluntária. Essas dimensões são exploradas em maior ou menor medida pelas empresas, dependendo do seu ramo de atividade, a partir da divulgação de informações sobre RSC relacionadas a cada uma daquelas dimensões.

Assim, a RSC pode ser vista como uma forma de relacionamento entre as partes interessadas e a empresa. A Teoria dos *Stakeholders* trata das inter-relações entre essas diversas partes interessadas na organização.

Nesse sentido, o *disclosure* de RSC pode ser utilizado como uma forma de atender às expectativas desses diversos *stakeholders*. No entanto, muitos destes não têm acesso a todas as informações da empresa, o que dá margem ao Gerenciamento de Resultados (GR).

Uma parte da literatura tem averiguado a existência de relação entre o GR e a divulgação de RSC (Chih, Shen, & Kang, 2008; Prior, Surroca, & Tribó, 2008). Alguns estudos verificaram indícios de GR em empresas de diferentes setores da economia, em especial nas instituições financeiras. (Barros, Soares & Lima, 2013; Beatty, Ke & Petroni, 2002; Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013).

Segundo Grougiou *et al.* (2014), o segmento bancário demonstrou estar engajado em um maior nível de *disclosure* de RSC, mas, por outro lado, apresenta um considerável número de demandas judiciais relacionadas à desigualdade de gênero, uso ilegal de informações confidenciais, lavagem de dinheiro e conflitos de interesse. Assim, segundo Grougiou *et al.* (2014), a Teoria dos *Stakeholders* pode ser utilizada para explicar possíveis comportamentos oportunistas, sugerindo que os bancos que se envolvem em atividades de RSC também estão envolvidos em práticas de GR, de forma a satisfazer os interesses das diversas partes.

No Brasil, estudos anteriores sobre GR no setor bancário têm focado sua atenção apenas nos instrumentos financeiros e derivativos (Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013; Dantas, Galdi, Capelletto & Medeiros, 2013) sem, contudo, fazer relação com o *disclosure* RSC dessas instituições.

Diante deste contexto, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação existente entre o *disclosure* de RSC e o GR nos Bancos brasileiros?**

O objetivo da pesquisa é o de analisar se o GR está relacionado com a divulgação de informações sobre RSC, bem como se a relação inversa também pode ser verificada para os bancos brasileiros. Para atingir esses objetivos, foi desenvolvida uma análise a partir da estimação de um sistema de equações simultâneas utilizando o modelo de regressão de mínimos quadrados de dois estágios (MQ2E) como forma de mitigar possíveis problemas de endogeneidade, tomando como base o modelo apresentado por Grougiou *et al.* (2014).



A escolha pelo setor bancário se justifica pela sua importância como intermediador financeiro na economia. Os bancos são os principais responsáveis por fomentar o crédito para a sociedade e por desempenhar um papel importante no financiamento da atividade empresarial, principalmente em economias como a brasileira, em que o Mercado de Capitais não é, ainda, desenvolvido o suficiente para que as empresas busquem a maior parte dos recursos necessários para financiar suas operações por meio da Bolsa de Valores (Paula, Oreiro & Basílio, 2013).

O trabalho, além esta introdução, este trabalho apresenta mais quatro seções. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico seguido da metodologia de pesquisa. Na sequência são apresentados os resultados e suas análises. Por fim, a conclusão.

### 2 Referencial Teórico

Estudos sobre RSC evidenciam que a temática vem sendo discutida a longa data (Carroll, 1979), e já aparece na literatura desde o ano 1930. Carroll (1979) confere ao ensaio de Howard R. Boren's, de 1953, intitulado *Social Responsibilities of the Businessman* como precursor deste debate por apresentar um prisma dedicado à expansão do assunto.

Foi nesse contexto que o conceito de RSC se ampliou de modo a incluir na composição da estratégia empresarial, além dos interesses dos proprietários da empresa (*shareholders*), também as pretensões das partes interessadas (*stakeholders*) na atividade do negócio (Smith, 1994) como uma forma de explicar como a sociedade e as partes relacionadas pressionam as organizações por soluções para os problemas gerados pela condução de suas atividades.

A RSC desenvolve-se na percepção social comum, a partir de um entendimento sobre como a organização se comporta no meio social em que está inserida e quais resultados estão sendo gerados aos seus empregados, clientes e comunidade local, reunindo também a preocupação com a preservação do meio ambiente (Borger, 2001; Machado-Filho & Zylbersztajn, 2004).

Freeman (1994) relata que a teoria dos *stakeholders* é a teoria que trata da relação positiva entre RSC e a *performance* da atividade organizacional, e a sua doutrina é fundamentada no entendimento que o resultado final da atividade do negócio de uma organização empresarial deve conter os resultados que otimizam os retornos de todos os *stakeholders* envolvidos, e não apenas os retornos dos acionistas.

Dentro desta perspectiva, verifica-se que a comunicação social se tornou um espaço essencial para a legitimação da imagem da RSC (Gond & Herrbach, 2006) e o *disclosure* social emprega o monitoramento, avaliação e mensuração do desempenho social das empresas contribuindo para uma conduta natural na preocupação com a RSC e sua condução (Perrini & Tencati, 2006).

Investigações empíricas apontam evidências de que a efetivação, monitoramento e *disclosure* de condutas socialmente responsáveis dentro das organizações, em relatórios voluntários, contribuem significativamente para a criação de uma imagem empresarial socialmente responsável e legítima junto às partes interessadas da Empresa (Hasseldine, Salama & Toms, 2005; Toms, 2002).

Assim, a partir dessa necessidade de informações e da assimetria informacional existente entre os gestores e os *stakeholders*, os primeiros se tornam mais propensos a práticas de GR de forma a satisfazer os interesses das diversas partes interessadas (Jensen, 2001).

Segundo Chih, Shen, e Kang (2008), a transparência na contabilidade da firma é vital para a RSC. Os autores levantam quatro hipóteses que podem apontar a relação entre RSC e GR.



A hipótese de evitar a miopia (*myopia avoidance hypothesis*) atesta que companhias com alta RSC não realizam GR. As companhias que pensam na RSC não focam apenas no incremento dos benefícios atuais, mas nutrem também o relacionamento futuro com os *stakeholders*. Assim, essa hipótese implica numa relação negativa entre RSC e o GR.

Já a hipótese de ganhos previsíveis (*predictable earnings hypothesis*) afirma que firmas comprometidas com RSC podem optar por suavizar os ganhos a fim de transmitir uma informação mais valiosa e relevante para investidores desinformados de forma a demonstrar que seus lucros são mais previsíveis. Dessa forma, haveria uma relação positiva entre a RSC e o GR, pelo menos em relação à suavização de ganhos.

A hipótese dos múltiplos objetivos (*multiple objective hypothesis*) está baseada no argumento dos múltiplos objetivos de Jensen (2001) onde os gestores devem satisfazer os interesses de múltiplos *stakeholders*. Assim, na falta de um objetivo claro, os gestores procuram satisfazer seus próprios interesses, deixando de lado as outras partes interessadas e a sociedade em geral. Dessa forma, a RSC pode agravar o conflito de agência e favorecer a prática de GR pelos gestores a fim de satisfazer os interesses das diversas partes interessadas.

Por fim, a hipótese institucional (*institutional hypothesis*) atesta que a RSC pode não estar relacionada ao GR. A RSC pode ser o produto de fatores institucionais, que em nada podem estar relacionados à prática de GR.

Com base nestas evidências, Prior, Surroca, & Tribó (2008) realizaram um estudo internacional com 593 empresas de 26 países entre os anos de 2002 e 2004 e encontraram um impacto positivo do GR na RSC o que condiz com a hipótese dos múltiplos objetivos.

Os autores argumentam que o GR prejudica os interesses comuns dos *stakeholders*. Dessa forma, os gestores envolvidos em práticas de GR podem utilizar a RSC como forma de tratar o ativismo das partes interessadas, desviando a atenção para as questões sociais e ambientais, procurando obter legitimidade e evitar problemas que ponham em risco a posição do gestor na firma.

Argumentam ainda que os gestores acreditam que, projetando uma imagem de responsabilidade social e ambiental, podem reduzir a probabilidade de serem fiscalizados pelos *stakeholders* em relação à gestão da firma.

Outra motivação para o incremento da RSC, segundo os autores, seria a de que, quando os gestores agem em busca de benefícios particulares, distorcendo o real valor dos ativos ou da posição financeira, podem necessitar da conivência de diversos *stakeholders* para validar tais práticas. Essas partes interessadas podem ser atraídas por ofertas que satisfaçam seus interesses particulares e políticas destinadas a melhorar a RSC da firma.

Dentro deste contexto, este trabalho apresenta as seguintes hipóteses:

A fim de satisfazer as diversas partes interessadas na organização, os bancos que divulgam mais informações sobre RSC também incorrem em maiores práticas de GR.

**H1:** *As organizações bancárias brasileiras que apresentam maior nível de disclosure de RSC têm maiores indícios de GR.*

Por outro lado, as divulgações sobre RSC podem servir para mascarar o comportamento oportunista dos gestores, desviando a atenção dos *stakeholders* para as informações de caráter sócio-ambiental (Gray, Kouhy & Lavers, 1995). Dessa forma, a segunda hipótese dessa pesquisa pode ser assim formulada:

**H2:** *As organizações bancárias brasileiras que apresentam maior nível de GR divulgam em maior intensidade a RSC.*



## 3 Metodologia

### 3.1 População, Amostra e Coleta dos Dados

A pesquisa foi realizada tomando como base uma amostra intencional composta pelas doze maiores instituições financeiras brasileiras, classificadas pelo ativo total na data base de dezembro de 2014, que fazem parte do consolidado bancário B-I, que é constituído por instituições financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica que não integram conglomerado, e por conglomerados bancários do tipo I que são aqueles conglomerados que possuem pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial.

Essas doze maiores instituições correspondem a um percentual de 91,35% do total de ativos do tipo de consolidado bancário B-I e a um percentual de 76,46% do total de ativos de todo o Sistema Financeiro Nacional. Assim, as instituições selecionadas para análise foram: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Banco Santander (Brasil), HSBC, Banco BTG Pactual, Banco Safra, Banco Votorantim, Citibank, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Bannrisul e Banco do Nordeste do Brasil.

Foram coletadas as informações referentes ao período de cinco anos, de 2010 a 2014, sendo 2010 o ano que passou a vigorar a Resolução BCB n.º. 3.786/2009, que exigiu as demonstrações consolidadas segundo os padrões do IASB, e 2014 o último relatório anual disponível no momento da coleta dos dados. Além disso, optou-se pela uniformidade contábil no que diz respeito à mensuração das *proxies* adiante descritas, posto que as demonstrações contábeis de períodos anteriores a 2010 não foram elaboradas de acordo com o padrão do IASB, fato este que também justifica a escolha do período de análise.

Os dados financeiros foram coletados a partir das informações disponibilizadas pelas instituições financeiras em seus endereços eletrônicos para as datas base de dezembro de cada ano de referência. Em relação às informações sobre RSC, os dados foram coletados dos Relatórios de Administração, Relatórios de Sustentabilidade e as notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis.

### 3.2 Medição do Gerenciamento de Resultados

A medida do GR para as instituições financeiras foi realizada a partir das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), utilizando-se modelo semelhante ao do estudo de Grougiou *et. al* (2014).

É importante observar que em sua pesquisa Grougiou *et. al* (2014) também utilizaram os Ganhos e Perdas com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) como forma de medir o GR. No entanto, no Brasil, os dados necessários sobre ganhos e perdas com TVM utilizados no modelo daquele estudo estão protegidos pelo sigilo bancário e não são acessíveis ao público, o que caracteriza uma limitação para esta pesquisa.

Estudos anteriores sugerem que a PECLD é utilizada para gerenciar os resultados nas instituições financeiras (Beatty, Ke & Petroni, 2002; Dechow, Ge, & Schrand, 2010; Kanagaretnam, Lobo & Yang, 2004). Assim, seguindo o modelo proposto por Grougiou *et. al* (2014), o GR foi mensurado através da estimação da parte discricionária da PECLD utilizando-se uma regressão com mínimos quadrados ordinários (MQO) com efeitos fixos, de acordo com o seguinte modelo:

$$PECLD_{it} = a_t + b_1TAM_{it} + b_2E\_VENC_{it} + b_3E\_IMOB_{it} + b_4E\_CIND_{it} + b_5E\_CONS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$



Onde:  $PECLD_{it}$  = total da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa em empréstimos para clientes dividido pelo total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$TAM_{it}$  = logaritmo natural do total de ativos da instituição  $i$  no período  $t$ ;

$E\_VENC_{it}$  = razão do total de empréstimos vencidos pelo total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$E\_IMOB_{it}$  = razão do total de empréstimos imobiliários pelo total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$E\_CIND_{it}$  = razão do total de empréstimos comerciais e industriais pelo total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$E\_CONS_{it}$  = razão do total de empréstimos a consumidor pessoa física pelo total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$\varepsilon_{it}$  = termo de erro da regressão, que capta a parte discricionária da PECLD;

$a_t$  = intercepto da regressão;

$b_s$  para  $s = 1, 2, \dots, 5$  são os coeficientes das variáveis dependentes da regressão.

O GR corresponde à parte discricionária da PECLD (DPECLD), que é captada pelo termo de erro da regressão. Assim, seguindo Grougiou *et. al* (2014), define-se o GR para a instituição  $i$  no período  $t$  por:

$$GR_{it} = DPECLD_{it} = \frac{\varepsilon_{it} \times EMP_{it}}{ATV_{it}} \quad (2)$$

Onde:  $GR_{it}$  = medida do gerenciamento de resultados para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$DPECLD_{it}$  = parte discricionária da PECLD da instituição  $i$  no período  $t$ , correspondente ao gerenciamento de resultados;

$\varepsilon_{it}$  = termo de erro da regressão definida acima calculado para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$EMP$  = total de empréstimos a clientes para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$ATV$  = total de ativos da instituição  $i$  no período  $t$ .

### 3.3 Medição da Responsabilidade Social Corporativa

A medida do *disclosure* RSC foi realizada a partir das informações disponibilizadas nos Relatórios de Administração, Relatórios de Sustentabilidade e notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos analisados. Para essa medida foi utilizado como base o trabalho de Fatma, Rahman e Khan (2014).

Os itens disponibilizados nos relatórios receberam valor “1” e aqueles não evidenciados receberam valor “0”. Para cada instituição, procedeu-se a divisão da soma desses valores, para o ano em destaque, pela quantidade total de itens, obtendo-se o índice requerido. Assim, o Índice de *Disclosure* de RSC da instituição  $i$  no período  $t$  é dado por:

$$IDRSC_{i,t} = \frac{\sum_{j=1}^{17} v_j}{17} \quad (3)$$

Onde  $v_j$  é o valor atribuído a cada item, como mencionado anteriormente.

Para a medida do Índice de *Disclosure* de RSC, cabe esclarecer inicialmente que das Instituições analisadas, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o HSBC não apresentaram informações no ano de 2014 para os quesitos da mensuração do *disclosure* do RSC, pois na data de coleta dos dados os relatórios de sustentabilidade das referidas instituições ainda não



havia sido divulgados, e outros relatórios colocados como fonte de dados não evidenciavam os quesitos dos itens do instrumento.

Já o Banco Safra e o Banco Banrisul, tiveram pontuação igualmente nula respectivamente nos anos 2010, e, 2010 e 2014 por não divulgarem relatórios com suporte para a coleta de dados. Além desses, o Banco BTG Pactual em nenhum dos períodos analisados possuía divulgação de RSC em qualquer relatório, recebendo, portanto, pontuação nula em todo período de referência. Dessa forma, para os anos e instituições mencionadas acima, considerou-se que o *IDRSC* foi igual a zero.

Assim, verificou-se se os dezessete itens listados por aqueles autores foram evidenciados pelas instituições financeiras de acordo com o quadro 1.

**Quadro 1:** Itens Verificados para Construção do Índice de *Disclosure* de RSC

Nº	Dimensão	Itens	Palavras-chaves
1	Clientes	Política de segurança do cliente e confidencialidade	segurança, segurança da informação, política
2		Trata seu cliente honestamente	cliente, informação, dignidade, integridade
3		Estabelece procedimento para cumprir com reclamações de clientes	atendimento, sac, reclamações
4		Faz um esforço para conhecer as necessidades dos clientes	canais, de atendimento, de comunicação, necessidades,
5	Empregados	Oferece segurança no trabalho aos seus empregados	segurança, empregado, saúde
6		Oferta formação e oportunidade de carreira para seus funcionários	capacitação, carreira, oportunidade
7		Trata seus funcionários de forma justa	qualidade, funcionário, imparcial, honesto
8	Acionistas	Tenta garantir a sua sobrevivência e sucesso a longo prazo	longo prazo, sobrevivência, acionista
9		Mantém um rigoroso controle sobre os seus custos	custos, controle
10		Preocupa-se em cumprir as suas obrigações em relação a seus acionistas	acionistas, obrigações
11	Meio Ambiente	Reduz o seu consumo de recursos naturais	recursos naturais, consumo, redução
12		Explora energias renováveis em um processo produtivo compatível com o meio ambiente	renovável, meio ambiente
13		Explora energias renováveis em um processo produtivo compatível com o meio ambiente	prática, emissões, selo verde, sustentabilidade
14	Sociedade	Preocupa-se com a melhoria do bem-estar geral da sociedade	sociedade, bem-estar, social
15		Contribui para ações filantrópicas voltadas a, por exemplo, artes, educação e serviços sociais	filantrópicas, arte, educação, PROJETO
16		Destina parte direta do seu orçamento para doação e trabalho social em favor dos desfavorecidos	doação
17		Desempenha um papel na sociedade que vai além da mera geração de lucro	papel social

Fonte: Adaptado de Fatma, Rahman e Khan (2014).

### 3.4 Modelo Empírico

A partir das medidas de GR e da divulgação de RSC como definidas anteriormente, foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados de Dois Estágios (MQ2E) para testar as duas hipóteses da pesquisa.



No primeiro momento, a fim de testar a hipótese H1, foi utilizado o modelo disposto abaixo, adaptado de Grougiou *et. al* (2014) a partir da exclusão das variáveis AUD, uma vez que todas as empresas da amostra são auditadas por Big-4, e MB pois algumas instituições financeiras não são de capital aberto (a exemplo da Caixa Econômica Federal) e portanto, não estão disponíveis os dados de valor de mercado das ações.

Assim, foi utilizado o seguinte modelo:

$$GR_{it} = a_0 + a_1IDRSC_{it} + a_2EBIT_{it} + a_3TAM_{it} + a_4LEV_{it} + a_5AUDC_{it} \quad (4) \\ + a_6CAPR_{it} + a_7EMP\_B_{it} + a_8RES_{it} + \sum_{j=9}^{12} a_jANO_{it} + u_{it}$$

Onde:  $GR_{it}$  = medida do gerenciamento de resultados para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$IDRSC_{it}$  = medida do *disclosure* de RSC para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$EBIT_{it}$  = valor do EBIT dividido pelo total de ativos no final do período anterior para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$TAM_{it}$  = logaritmo natural do total de ativos da instituição  $i$  no período  $t$ ;

$LEV_{it}$  = razão do passivo total pelo capital social para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$AUDC_{it}$  = variável *dummy* para mudança da empresa de auditoria independente, que assume valor “1” se ocorreu mudança da empresa de auditoria ou “0” caso contrário;

$CAPR_{it}$  = razão do Capital Regulatório Nível 1 pelo Capital Mínimo Requerido para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$EMP\_B_{it}$  = razão dos empréstimos baixados como prejuízo pelo total de empréstimos no final do período anterior para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$RES_{it}$  = variável *dummy* para perdas, que assume valor “1” se o resultado líquido do período é positivo ou “0” caso contrário;

$ANO_{it}$  = variável *dummy* para representar cada ano do período analisado;

$u_{it}$  = termo de erro da regressão;

$a_0$  = intercepto da regressão;

$a_s$  para  $s = 1, 2, \dots, 14$  são os coeficientes das variáveis dependentes da regressão.

No segundo estágio, a fim de testar a hipótese H2, foi utilizado o modelo disposto abaixo, também adaptado de Grougiou *et. al* (2014):

$$IDRSC_{it} = b_0 + b_1FTGR_{it} + b_2EBIT_{it} + b_3TAM_{it} + b_4LEV_{it} + b_5CAPR_{it} \quad (5) \\ + b_6INTA_{it} + b_7E\_CONS_{it} + b_8E\_IMOB_{it} + b_9E\_CIND_{it} \\ + u_{it}$$

Onde:  $FTGR_{it}$  = valor do gerenciamento de resultados calculado pela equação anterior para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

$INTA_{it}$  = razão do total de ativos intangíveis pelo total de ativos para a instituição  $i$  no período  $t$ ;

As demais variáveis são como já definidas anteriormente.

## 4 Resultados e Discussões

Para estimar os modelos de regressão expostos anteriormente, foi verificado inicialmente a possibilidade de multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo. Através da matriz de correlação foi possível observar que as variáveis RES e EBIT, e INTA e CAPR apresentam alta correlação (maior que 0,6). A partir desta constatação, optou-se por excluir as variáveis RES no primeiro estágio e CAPR no segundo estágio para a estimação das regressões a fim de mitigar os efeitos da multicolinearidade.

Para a estimação do modelo foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados de Dois Estágios, posta a constatação de Grougiou *et. al* (2014) de que o relacionamento entre a RSC e o GR possivelmente é afetado por problemas de endogeneidade.

Na sequência foi realizado o Teste de Hausman para determinação do efeito mais adequado para a estimação do MQO2E em painel, obtendo-se como resultado a rejeição da hipótese nula de adequação do painel de efeitos aleatórios a um nível de significância de 5%, indicando assim que o modelo de efeitos fixos é preferível ao modelo de efeitos aleatórios.

Por fim, os modelos de regressão se mostraram heterocedásticos, fato este que foi corrigido através da estimação dos modelos de acordo com o método de White. Assim, os modelos de regressão forneceram os seguintes resultados, dispostos na Tabela 1:

**Tabela 1:** Resultados da estimação do modelo

Variáveis	Primeiro Estágio, com GR como variável dependente			
	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística t	p-valor
Constante	0,0240	0,0156	1,5412	0,1310
IDRSC	0,0073	0,0038	1,9229	0,0615 *
EBIT	-0,1536	0,1265	-1,2140	0,2317
TAM	-0,0018	0,0015	-1,1627	0,2517
LEV	0,0000	0,0004	-0,0464	0,9632
AUDC	-0,0116	0,0054	-2,1606	0,0366 **
CAPR	0,0073	0,0046	1,5819	0,1214
EMP_B	0,0034	0,1463	0,0234	0,9814
Total de Observações: 60			Estatística F: 2,1320	
R-quadrado: 0,4834			Prob (Estatística F): 0,0226	
R-quadrado Ajustado: 0,2567			Estatística D-W: 2,7976	
Variáveis	Segundo Estágio, com IDRSC como variável dependente			
	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística t	p-valor
Constante	-1,0088	0,7303	-1,3814	0,1748
FTGR	62,0704	11,4437	5,4240	0,0000 ***
EBIT	7,7151	2,9640	2,6029	0,0129 **
TAM	0,0728	0,0386	1,8837	0,0669 *
LEV	0,0054	0,0059	0,9251	0,3604
INTA	-2,8100	1,2712	-2,2106	0,0328 **
E_CONS	-0,0172	0,2089	-0,0823	0,9348
E_IMOB	0,5067	0,2890	1,7533	0,0872 *
E_CIND	0,0501	0,2208	0,2268	0,8218
Total de Observações: 60			Estatística F: 8,3412	
R-quadrado: 0,7984			Prob (Estatística F): 0,0000	
R-quadrado Ajustado: 0,7027			Estatística D-W: 2,2268	
* Estatisticamente significativo ao nível de 10%				
** Estatisticamente significativo ao nível de 5%				
*** Estatisticamente significativo ao nível de 1%				

Fonte: Resultados da regressão a partir dos dados coletados.



Para a primeira equação, observa-se que o coeficiente do Índice de *Disclosure* de RSC é positivo e marginalmente significativo, ao nível de 10%. Assim, é possível afirmar que as instituições que divulgam mais informações sobre RSC têm uma tendência a apresentarem maior GR, o que corrobora com os resultados de do estudo de Chih, Shen, e Kang (2008).

Em relação às demais variáveis, apenas a variável AUDC foi estatisticamente significativa ao nível de 5%, com coeficiente negativo, o que sugere que a mudança da empresa de auditoria provoca uma redução no GR. Esse achado não corrobora com estudos brasileiros anteriores, que evidenciaram a não relação do rodízio da empresa de auditoria com o GR (Azevedo & Costa, 2012; Martinez & Reis, 2010).

Por outro lado, esse resultado reforça a prática imposta pela Comissão de Valores Mobiliários para o rodízio das empresas de auditoria, uma vez que essa mudança reduziria a prática de GR pelas empresas auditadas. Os resultados mostram também que as variáveis EBIT, TAM, LEV, CAPR e EMP\_B não se mostraram significantes como fatores determinantes para a prática de GR pelas instituições financeiras analisadas.

Para a segunda equação, em que o Índice de *Disclosure* de RSC é a variável dependente, o Gerenciamento de Resultados (FTGR) mostrou-se estatisticamente significativo ao nível de 1%, com coeficiente positivo.

Dessa forma é possível afirmar que as instituições que estão mais envolvidas em práticas de GR divulgam mais informações sobre a RSC, o que corrobora com os resultados do estudo de Prior, Surroca e Tribo (2008).

Uma explicação para esse achado, de acordo com a Teoria dos *Stakeholders*, é que as instituições procuram, através da divulgação sobre RSC, desviar a atenção dos resultados financeiros, buscando legitimar suas ações perante as partes interessadas através da divulgação de ações relacionadas à RSC.

Em relação às demais variáveis do modelo, EBIT e INTA se mostraram estatisticamente significantes ao nível de 5%, a primeira apresentando coeficiente positivo enquanto a segunda apresentou coeficiente negativo. Logo, as empresas que apresentam maiores lucros antes dos juros e tributos apresentam maiores índices de divulgação de RSC.

Já para a variável INTA, o sinal encontrado não era o esperado. De acordo com Surroca, Tribo e Waddock (2010), os ativos intangíveis devem provocar um melhor desempenho nas atividades de RSC das empresas, o que implicaria em uma maior divulgação dessas ações.

As variáveis TAM e E\_IMOB também se mostraram estatisticamente significantes, só que ao nível de 10%. Ambas apresentaram coeficientes com sinal positivo, o que sugere que maiores bancos tendem a divulgar mais informações sobre a RSC.

Com relação à variável E\_IMOB, os resultados também sugerem que as instituições que apresentam maiores níveis de empréstimos imobiliários tendem a divulgar mais informações sobre RSC. As demais variáveis (LEV, E\_CONS e E\_CIND) não se mostraram estatisticamente significantes.

Com relação às hipóteses da pesquisa, é possível confirmar a primeira hipótese de que *as organizações bancárias brasileiras que apresentam maior nível de disclosure de RSC têm maiores indícios GR*, uma vez que a variável IDRSC foi significativa ao nível de 10% e apresentou sinal positivo, indicando que os bancos brasileiros que apresentam maiores níveis de divulgação de RSC também apresentem maiores indícios de GR.

Para a segunda hipótese, de que *as organizações bancárias brasileiras que apresentam maior nível de GR divulgam em maior intensidade a RSC*, os resultados apontam fornecem evidências que apontam para a sua confirmação já que a variável FTGR foi significativa ao nível de 1% e apresentou sinal positivo, o que permite inferir que as



instituições financeiras que apresentam maiores indícios de GR também apresentem maiores índices de divulgação de RSC.

Os resultados do presente estudo mostram que existe uma relação bidirecional entre o GR nas instituições financeiras e a divulgação de informações sobre sua RSC, o que corrobora parcialmente com os resultados encontrados por Grougiou *et. al* (2014).

### 5 Conclusão

Esse estudo analisou a relação bidirecional existente entre a divulgação de informações sobre a RSC e o GR para as 12 maiores instituições financeiras com atuação no Brasil.

A partir dos dados da amostra, foi possível observar a existência da relação bidirecional entre o índice de divulgação de RSC e o GR. Assim, é possível concluir que os bancos brasileiros que apresentam maiores níveis de divulgação de RSC também apresentem maiores indícios de GR, bem como os bancos que tem maiores níveis de GR tendem a apresentar um maior nível de *disclosure* de RSC.

Os resultados mostraram que ambas as hipóteses de pesquisa podem ser confirmadas enque, portanto, existe uma relação bidirecional entre essas duas variáveis de pesquisa (IDRSC e GR).

Esses resultados são condizentes com os pressupostos da Teoria dos *Stakeholders* e corroboram em parte com os resultados do estudo de Grougiou *et. al* (2014), que foi tomado como base para a presente pesquisa. Naquele estudo, os pesquisadores encontraram que as instituições que apresentam maiores práticas de GR também apresentam maiores índices de divulgação de RSC. No entanto, a relação inversa não pode ser demonstrada.

A escolha das doze instituições analisadas configura-se também como uma limitação da pesquisa, apesar das mesmas representarem um percentual significativo de todo o Sistema Financeiro Nacional.

Como contribuição, essa pesquisa trouxe um novo enfoque de estudo do GR nos bancos brasileiros, a partir da divulgação da RSC. Para estudos futuros, sugere-se a análise de uma amostra maior de instituições financeiras, bem como o estudo para empresas de outros setores da economia que tendem a adotar práticas de GR.

### Referências

Azevedo, F. B.; Costa, F. M. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração Mackenzie**, 13(5), 65-100. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8759/efeito-da-troca-da-firma-de-auditoria-no-gerenciamento-de-resultados-das-companhias-abertas-brasileiras/i/pt-br> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

Banco Central do Brasil – BACEN. (2009) **Resolução nº 3.786**. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47513/Res\\_3786\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47513/Res_3786_v1_O.pdf)>. Acesso em: 29 dez 2015.

Barros, C. M. E.; Soares, R. O.; Lima, G. A. S. F. (2013). A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e**



**Organizações**, 19, 28-39. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/rco.v7i19.55509>>. Acesso em: 14 out. 2015.

Beatty, A. L.; Ke, B.; Petroni, K. R. (2002). Earnings management to avoid earnings declines across publicly and privately held banks. **The Accounting Review**, 77(3), 547–570. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3068887>>. Acesso em: 14 out. 2015.

Borger, F. (2001). **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

Carroll, A. (1979). A three dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, 4, 497-505. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/257850>>. Acesso em: 14 out. 2015.

Chih, H. L.; Shen, C. H.; Kang, F. C. (2008). Corporate social responsibility, investor protection, and earnings management: Some international evidence. **Journal of Business Ethics**, 79(1/2), 179–198. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10551-007-9383-7>>. Acesso em: 06 dez 2015.

Dahlsrud, A. (2008), How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 15(1), 1-13, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/csr.132>>. Acesso em: 06 dez 2015.

Dantas, J.A.; Galdi, F. C.; Capelletto, L. R.; Medeiros, O. R. (2013). Discricionariedade na Mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos. **Revista Brasileira de Finanças** (Online), Rio de Janeiro, 11(1), 17–48. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10050/discricionariedade-na-mensuracao-de-derivativos-como-mecanismo-de-gerenciamento-de-resultados-em-bancos/i/pt-br>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

Dantas, J.A.; Medeiros, O. R.; Galdi, F. C.; Costa, F. M. (2013). Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. **Revista de Contabilidade & Finanças - FEA-USP**, 24 (61), 37-54. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772013000100005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772013000100005&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Dechow, P.; Ge, W.; Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences, **Journal of Accounting and Economics**, 50(2–3), December 2010, 344-401. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Fatma, M.; Rahman, Z.; Khan, I. (2014). Multi-item stakeholder based scale to measure CSR in the banking industry. **International Strategic Management Review**, 2(1), 9-20. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ism.2014.06.001>>. Acesso em: 04 jan 2016.

Freeman, R. E. (1994). The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions. **Business Ethics Quarterly**, 4, 409-421. Disponível em: <<http://dx.doi.org/doi:10.2307/3857340>>. Acesso em: 18 dez. 2015.



- Gond, J.; Herrbach, O. (2006). Social reporting as an organizational learning tool? A theoretical framework. **Journal of Business Ethics**, 65(4), 359-371. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25123799>>. Acesso em: 06 dez. 2015.
- Gray, R.; Kouhy, R.; Lavers, S. (1995), Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 8(2), 47 – 77. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513579510146996>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- Grougiou, V.; Leventis, S.; Dedoulis, E.; Owusu-Ansah, S. (2014). Corporate social responsibility and earnings management in U.S. banks, **Accounting Forum**, 38(3), September 2014, 155-169. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2014.05.003>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- Hasseldine, J.; Salama, A. I.; Toms, J. S. (2005). Quantity versus quality: the impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. **British Accounting Review**, Kidlington, 37(2), 231-248. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2004.10.003>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- Jensen, M. C. (2001). Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. **Journal of Applied Corporate Finance**, 14(3), 8–21. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6622.2001.tb00434.x>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- Kanagaretnam, K.; Lobo, G.; Yang, D. (2004). Joint tests of signaling and income smoothing through bank loan loss provisions. **Contemporary Accounting Research**, 21, 843–884. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1506/UDWQ-R7B1-A684-9ECR>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- Machado-Filho, C.; Zylbersztajn, D. (2004). Empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, 39(3), 242-254. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V3903242-254.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015.
- Martinez, A. L.; Reis, G. M. R. (2010). Audit Firm Rotation and Earnings Management in Brazil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 4(10), 48-64. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/4914/rodizio-das-firmas-de-auditoria-e-o-gerenciamento-de-resultados-no-brasil/i/pt-br>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- Michelon, G.; Pilonato, S.; Ricceri, F. (2015) CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, 33, December 2015, 59-78. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- Mota, M. O.; Mazza, A. C. A; Oliveira, F. C. (2013). Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem?. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, 10(1), 69-80. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/9618>>. Acesso em: 06 dez. 2015.
- Paula, L. F.; Oreiro, J. L.; Basilio, F. A. C. (2013). Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, 23(3), 473-520. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512013000300001>>. Acesso em: 18 dez. 2015.



- Perrini, F.; Tencati, A. (2006). Sustainability and stakeholder management: The need for new corporate performance evaluation and reporting systems. **Business Strategy and the Environment**, 15(5), 296-308. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/bse.538>>. Acesso em: 09 dez. 2015.
- Prior, D.; Surroca, J.; Tribo, J. (2008). Are socially responsible managers really ethical? Exploring the relationship between earnings management and corporate social responsibility. **Corporate Governance: An International Review**, 16(3), 160–177. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8683.2008.00678.x>>. Acesso em: 18 dez. 2015.
- Smith, C. (1994). The new corporate philanthropy. **Harvard Business Review**, 72(3), 105-116. Disponível em: <<https://hbr.org/1994/05/the-new-corporate-philanthropy#>>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- Surroca, J.; Tribo, J. A.; Waddock, S. (2010). Corporate responsibility and financial performance: The role of intangible resources. **Strategic Management Journal**, 31(5), 463–490. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/153/6428359.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- Toms, J. S. (2002). Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation; some UK evidence. **British Accounting Review**, Kidlington, 34, 257-282. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1714030>>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- Wooldridge, J. M. (2008). **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning.